



BOLETIM 100 GEOCORRENTE

ANO 5 • Nº 100 • 22 DE AGOSTO DE 2019

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção "Temas Especiais".

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporciona uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 350 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade única dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GEOCORRENTE poderão ser encontrados na home page da EGN:

https://www.marinha.mil.br/egn/boletim_geocorrente



DIRETOR DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

EDGAR LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL

LEONARDO FARIA DE MATTOS (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

JANSEN COLI CALIL NASCIMENTO ALMEIDA DE OLIVEIRA (EGN)

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)

NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (UFRJ)

PEQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

DAVID SEVERO PEREIRA FRANÇA PINTO (UERJ)

FRANCO NAPOLEÃO AGUIAR DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-RIO)

JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)

VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UFRJ)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVA (UFRJ)

CAROLINA CÔRTEZ GÓIS (PUC-RIO)

JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)

VICTOR CABRAL RIBEIRO (UFRJ)

VICTOR EDUARDO KALIL GASPARGILHO (EGN)

EUROPA

ARIANE DINALLI FRANCISCO (UNIVERSITÄT OSNABRÜCK)

DANIEL SANTOS KOSINSKI (UFRJ)

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)

GLAYCE KEROLIN RODRIGUES MAXIMIANO (UFRJ)

MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)

MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)

THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)

ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)

ANDRÉ FIGUEIREDO NUNES (ECEME)

SHAKILA DE SOUSA AHMAD (UFRJ)

TAYNARA RODRIGUES CUSTÓDIO (EGN)

SUDESTE ASIÁTICO

MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

BEATRIZ VICTÓRIA ALBUQUERQUE DA SILVA RAMOS (EGN)

LOUISE MARIE HUREL SILVA DIAS (LONDON SCHOOL OF ECONOMICS)

AMÉRICA DO SUL

ADRIANA ESCOSTEGUY MEDRONHO (EHES)

BEATRIZ MENDES GARCIA FERREIRA (UFRJ)

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (UFRJ)

GABRIELA DE ASSUMPTÃO NOGUEIRA (UFRJ)

JOÃO FELIPE DE ALMEIDA FERRAZ (UFRJ)

PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIVERSIDADE DE SANTIAGO)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)

LAILA NEVES LORENZON (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

ELY PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (UERJ)

JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILO CUQUEJO (IBMEC)

MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (IBMEC)

PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)

RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)

VINÍCIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)

PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)

PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

SUL DA ÁSIA

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)

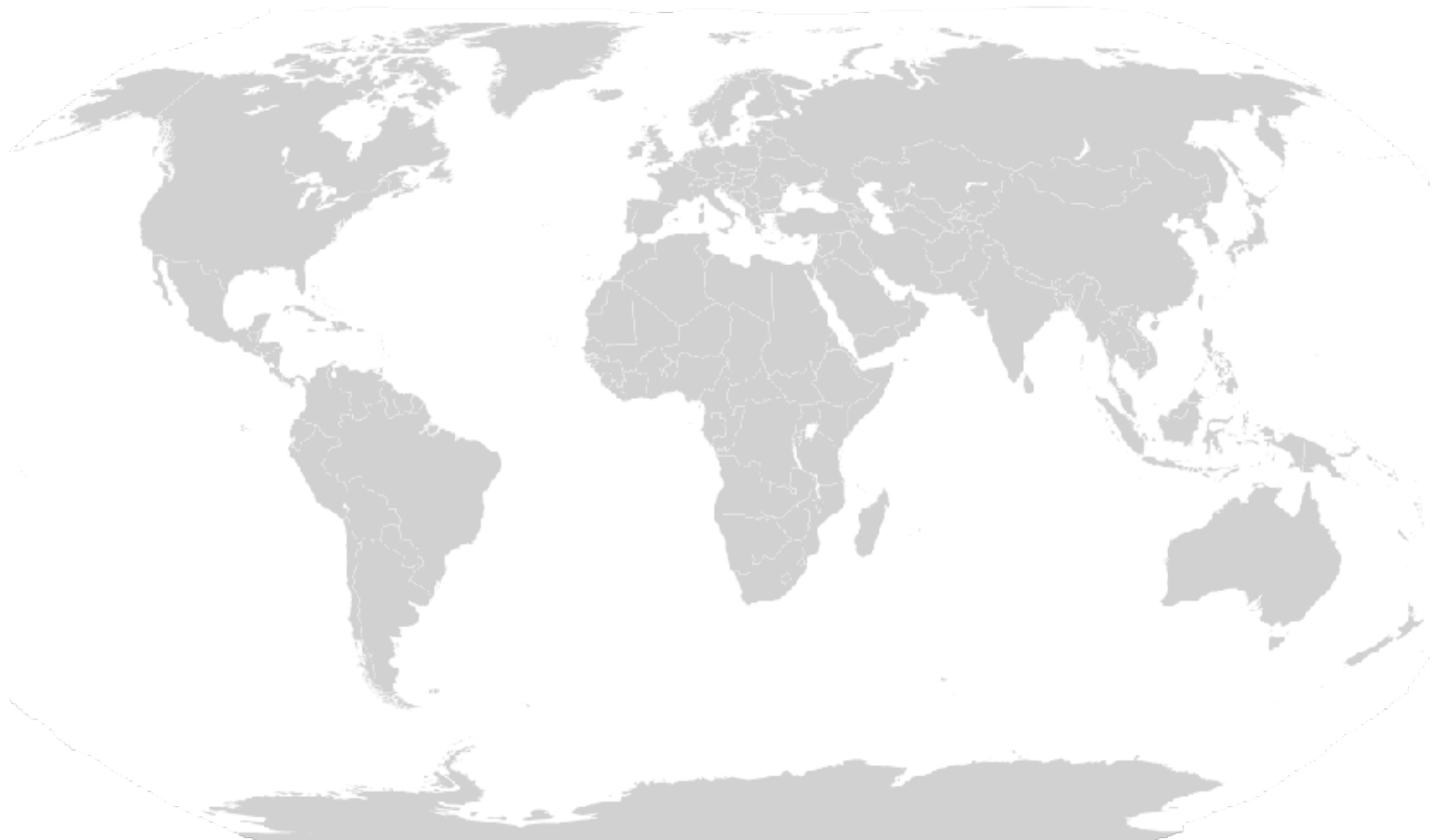
MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

ÍNDICE

<p>AMÉRICA DO SUL</p> <p>Uruguai: parceria chinesa e preocupação regional 4</p> <p>Chile e Equador articulam-se para promover ampliação da plataforma continental 5</p>	<p>LESTE ASIÁTICO</p> <p>A ordem internacional em meio ao acirramento entre China e EUA 10</p> <p>Coreia do Sul: manter a liderança em construção naval e impulsionar tecnologias Smart Ship 10</p>
<p>AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL</p> <p>A seca na América Central, outra fonte produtora de migrantes forçados 5</p>	<p>SUL DA ÁSIA</p> <p>Caxemira é integrada formalmente ao Estado indiano 11</p>
<p>ÁFRICA SUBSAARIANA</p> <p>Boko Haram: 10 anos de insurgência e violência 6</p> <p>China e África: a busca de uma maior cooperação militar 6</p>	<p>SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA</p> <p>Mianmar e os corredores econômicos bilionários 11</p>
<p>EUROPA</p> <p>Chipre aprova nova área de exploração de hidrocarbonetos em meio a tensões com a Turquia 7</p> <p>Tensões militares entre Alemanha e Estados Unidos 8</p>	<p>ÁRTICO & ANTÁRTICA</p> <p>Japão volta à caça comercial de baleias: como fica a Antártica? 12</p>
<p>ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA</p> <p>13 anos da Resolução 1701: quais os próximos passos da UNIFIL? 8</p> <p>Irã e Rússia: cooperação em Defesa Marítima 9</p>	<p>TEMAS ESPECIAIS</p> <p>O papel do Brasil no desenvolvimento de normas para o ciberespaço 13</p> <p>Expansão da Amazônia Azul: reconhecimento internacional do pleito brasileiro 14</p>
<p>RÚSSIA & Ex-URSS</p> <p>A Ucrânia no mandato Zelensky 9</p>	<p>Artigos Selecionados & Notícias de Defesa 15</p> <p>Calendário Geocorrente 15</p> <p>Referências 16</p>

REGIÕES ABORDADAS NESTA EDIÇÃO



Uruguai: parceria chinesa e preocupação regional

Carlos Henrique Ferreira

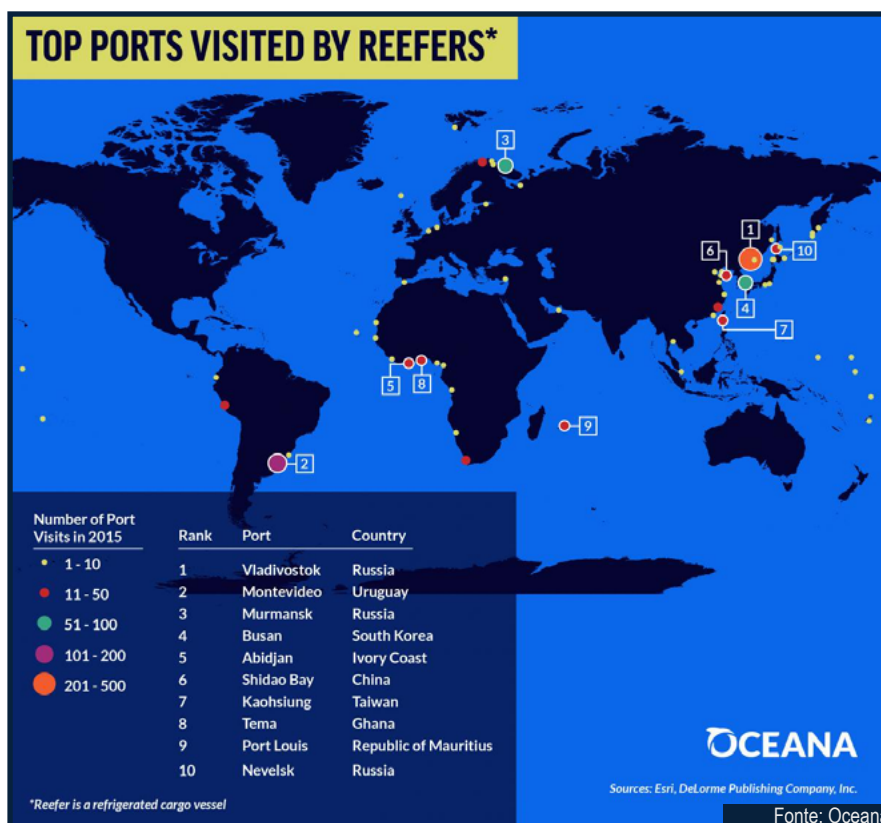
O Uruguai possui a plataforma continental maior que a própria extensão terrestre, assim, o mar está intrinsecamente ligado à projeção e percepção internacional do país. Apesar das dificuldades estruturais na realização dos estudos dessa área oceânica, o Uruguai poderá contar, no futuro, com um navio de pesquisa oceanográfica, após a cessão por parte da sua Marinha do Navio de Apoio Logístico General Artigas (*NAPLog ROU 4*). Com a função de transportar recursos para a base antártica uruguaia na Ilha Rei George, o navio será modernizado com a instalação de um laboratório de bordo, financiado pela China, principal parceiro econômico uruguaio.

Neste primeiro semestre, a balança comercial foi positiva para o Uruguai em relação a China, que totalizou US\$ 921 milhões em exportações (um aumento de 3% em relação ao ano passado) e US\$ 777 milhões em importações (queda de 3%). Além disso, o país foi o primeiro da região a ser oficializado como parceiro na iniciativa chinesa *One Belt, One Road*, bem como essa relação entre os países tende a despertar expectativas de cooperação na Antártica, diante da proximidade das suas estações – General Artigas e

Grande Muralha.

Contudo, a aproximação de ambos os países, a partir da possível construção de um porto chinês em Puntas de Sayago ([Boletim 91](#)), desperta preocupação em seus vizinhos, em especial, nos assuntos ligados à pesca. A prática de pesca ilegal, não regulada e não reportada (IUUF, em inglês), por exemplo, tem episódios recorrentes por parte de frotas pesqueiras chinesas na região, seja no Pacífico (Equador, Peru e Chile) ou no Atlântico Sul (Argentina), refletindo em um cenário de insegurança alimentar, ambiental e econômico para esses países. Para o Uruguai, já se destaca o porto de Montevideu, considerado o segundo mais visitado no mundo por navios que “superexploram” a pesca, atrás apenas do porto russo de Vladivostok, conforme apresentado na imagem abaixo. Um “porto chinês” no país tende a aumentar ainda mais a presença de pesqueiros chineses no Atlântico Sul.

Embora a IUUF envolva outros países asiáticos, bem como europeus, ressalta-se a ineficiência sul-americana em combater a ilicitude, seja por falta de políticas efetivas ou meios adequados, tanto quanto na falta de discussão desse cenário nos fragilizados arranjos políticos regionais.



Chile e Equador articulam-se para promover ampliação da plataforma continental

Beatriz Mendes

No dia 13 de agosto de 2019, o governo equatoriano anunciou a realização, junto ao Chile, do primeiro encontro para tratar da ampliação de suas plataformas continentais, através da troca de informações, experiências e conhecimento técnico sobre o assunto. No início de junho deste ano, ambos os países haviam assinado um Memorando de Entendimento com o objetivo de acelerar os estudos científicos, para assim solicitarem os seus respectivos pedidos de ampliação junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas (CLPC).

Os esforços em aumentar os direitos de soberania para além de 200 milhas náuticas dizem respeito a questões econômicas, como a exploração de riquezas minerais; ambientais, dada a proteção dos ecossistemas marinhos, sobretudo de espécies ameaçadas; e de segurança, através do aumento da capacidade de resposta e fiscalização contra possíveis ameaças.

No caso do Equador, as questões ambientais estão intimamente ligadas aos dilemas de segurança de seu mar territorial, devido principalmente à constante presença de navios chineses que realizam a pesca ilegal de espécies raras no entorno de Galápagos. Nesse sentido, o pleito de aumento de sua plataforma continental permitiria ao país

unir a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de Galápagos com a ZEE do Equador continental, o que para o governo equatoriano é um fator essencial para a promoção de segurança no seu território marítimo.

Já para o Chile, além de se tratar da oportunidade de melhor aproveitamento econômico de sua extensão costeira, há também a possibilidade do aumento de áreas de proteção marinhas, sobretudo na região da Patagônia, na confluência com águas fluviais e glaciais. Por outro lado, um aumento da plataforma continental chilena gera implicações para o Tratado Antártico, uma vez que um acordo firmado em 2004 entre os países reclamantes de territórios antárticos impediria que a CLPC considerasse a área sul, próxima ao continente.

De modo geral, as ZEEs possuem importância estratégica central nas políticas de segurança marítima no século XXI. Além dos ganhos econômicos, como, por exemplo, a execução de um planejamento mais eficiente de rotas de comércio e exploração de recursos naturais, há o aumento da abrangência de pesquisas científicas marítimas. Ademais, as ZEEs permitem uma maior garantia de controle territorial, de acordo com os interesses do determinado país que as detém.

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

A seca na América Central, outra fonte produtora de migrantes forçados

Victor Cabral

O Corredor Seco da América Central caracteriza-se por poucas chuvas e suscetibilidade às secas prolongadas (mais de 04 meses). Nele, seis em cada dez crianças sofrem de desnutrição crônica e 91% da população vive com US\$ 1,81 por dia, segundo o Banco Mundial. Secas frequentes prejudicam as plantações, sendo que em 2018 cerca de 840 mil guatemaltecos encontravam-se com escassez extrema de alimentos, forçando 167 mil deles a migrarem em caravanas rumo aos Estados Unidos. Para 2019, com o retorno do fenômeno climático *El Niño*, mais de 2 milhões de pessoas sofrerão com a fome no Corredor devido à estiagem. A escassez também atinge El Salvador, pois as reservas de água estão esgotando-se rapidamente pela má gestão, com risco de seca completa no país até 2100.

Na costa do Pacífico de Honduras, fazendas de camarão, construídas em mangues declarados como áreas de preservação ambiental, geraram US\$ 216 milhões em receita em 2018, apesar da baixa empregabilidade e restrição de pescadores a esses mangues anteriormente usados como fontes de recursos. Com isso, inundações mais frequentes destroem vilas e plantações, além de erodir o solo pela perda de nutrientes dos manguezais»



Já no interior do país, o alto consumo de água em barragens, minas e plantações de palmeiras africanas tem gerado seca, ocasionando conflitos sociais, repressão estatal e migrações forçadas.

Na Guatemala, a perda de metade das florestas em 40 anos para a produção cafeeira desestabiliza a vida local. No último quinquênio, 80% da mesma foi arruinada por fungos, forçando a diminuição salarial, desemprego e fome, além da erosão das terras agricultáveis restantes. Esses países também têm em comum altos índices de homicídio e de pobreza, bem como a violência entre gangues de narcotraficantes. O risco de vida da população

existe tanto em ficar em seu país quanto na tentativa de migrar para os EUA.

O novo acordo migratório de México e EUA ([Boletim 96](#)) força esses migrantes centro-americanos a ficarem no país enquanto sua situação legal não é resolvida. Com 1% da população mexicana detendo metade das riquezas nacionais, com uma conjuntura econômica de baixos salários, ausência de política fiscal progressiva e taxa de pobreza em 52% pós-crise de 2010, o México não possui condições de livrar os migrantes que chegam da violência e miséria da qual eles fogem, piorando a crise humanitária.

ÁFRICA SUBSAARIANA

Boko Haram: 10 anos de insurgência e violência

Vivian Mattos

Desde a morte de seu fundador, Mohammed Yusuf, há dez anos, o grupo islâmico Boko Haram iniciou uma onda de devastação e extermínio na Nigéria, principalmente no nordeste do país e no entorno do Lago Chade, em Camarões, Chade e Níger. O sucessor de Yusuf, Abubakar Shekau, transformou o Boko Haram em um grupo extremamente violento e com um *modus operandi* sofisticado. As ações orquestradas pela organização contabilizam cerca de 30 mil mortos e mais de dois milhões de deslocados, sendo um dos grupos com os maiores índices de letalidade do mundo. Entretanto, desde a reentrada de Muhammadu Buhari na presidência da Nigéria, as mídias locais e internacionais anunciam constantemente a queda do Boko Haram devido as suas incontestáveis perdas territoriais.

No ano de 2015, Shekau instaurou uma aliança com o grupo Estado Islâmico (EI), proclamando um califado e angariando diversos territórios no nordeste nigeriano. A aliança entre Boko Haram e EI veio acompanhada de uma visibilidade negativa, reforçando a necessidade da guerra contra o terror no oeste africano, tendo em vista a coalizão internacional criada para dismantelar o EI no Oriente Médio e seus aliados ao redor do mundo. Com

isso, os países afetados pelas ações do Boko Haram organizaram-se de maneira mais efetiva para retomar as posses territoriais do califado de Shekau. Entretanto, as perdas territoriais do Boko Haram não aparentam ser o motivo da suposta queda do grupo. A aliança com EI, além de uma maior visibilidade internacional, trouxe um processo de transmutação do Boko Haram, desenvolvendo duas facções internas: o Boko Haram e o *Islamic State West Africa Province*, ambas extremamente atuantes na região do Lago Chade.

Ademais, os dez anos de insurgência violenta do Boko Haram têm mostrado que o grupo é extremamente adaptável e resiliente às estratégias de respostas estatais aos seus atos criminosos regionalizados. Além disso, apesar das mídias internacionais congratularem os esforços estatais e militares por retirarem territórios do Boko Haram, grande parte dos resultados positivos contra o grupo advém de ações de milícias locais como a *Civilian Joint Task Force*, que não tem utilizado apenas força bruta, mas trabalhado fortemente na prevenção, usando a educação como arma contra possíveis novos recrutamentos do Boko Haram.

China e África: a busca de uma maior cooperação militar

Franco Alencastro

Realizado entre os dias 14 e 20 de julho de 2019, o primeiro Fórum de Paz e Segurança China-África contou com a presença de representantes de cinquenta Estados africanos, incluindo quinze ministros da defesa. De acordo com o representante da Costa do Marfim, o objetivo do Fórum é ampliar a cooperação entre a África e a China em temas de segurança. A realização do Fórum representa uma importante guinada nas relações entre os Estados africanos e o país asiático, uma vez que a primeira atuação de combatentes chineses em território africano se deu há poucos anos: em 2011, quando militares das

Forças Armadas chinesas atuaram na evacuação de 35 mil civis chineses durante a guerra civil da Líbia.

Recentemente, porém, a China tem ampliado o escopo de sua atuação na África, inclusive com a inauguração de sua primeira base militar em solo estrangeiro, no Djibouti, em 2017. A China tem também aumentado seu contingente junto às operações de paz das Nações Unidas no continente, mantendo 1000 combatentes na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) e 400 na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali (MINUSMA); seus >>

números, contudo, são ainda muito menores do que os de países tradicionalmente engajados em operações de paz. O Fórum, entretanto, aumenta as possibilidades de acordos bilaterais e multilaterais entre a China e organizações regionais de segurança africanas.

Essa mudança deve ser interpretada à luz de guinada estratégica semelhante adotada pelos EUA em suas relações com a África. O país norte-americano atuava, até recentemente, como provedor de segurança, mas

tem buscado ampliar seus investimentos no continente para competir com a China ([Boletim 98](#)). A China, pelo contrário, tinha presença econômica crescente na África, mas não se imiscuia em questões de segurança. Essa “divisão de trabalho”, que durante anos ditou a dinâmica das duas potências no continente, pode ser substituída por uma lógica de competição mais aberta, com cada potência buscando se afirmar na área econômica e de defesa.

EUROPA

Chipre aprova nova área de exploração de hidrocarbonetos em meio a tensões com a Turquia

Melissa Rossi

No final de julho de 2019, o governo do Chipre aprovou uma nova área para a exploração de gás e petróleo em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) ao consórcio formado pela italiana *ENI* e a francesa *Total*. As duas companhias europeias terão direito a 50% do direito à prospecção da área, designada como Bloco 7, na costa sudoeste da ilha. Há um total de 13 blocos com enorme potencial energético na ZEE do Chipre.

Apesar da aparente boa notícia em termos energéticos, esta aprovação ocorre em meio a um contexto geopolítico de tensões entre o Chipre, União Europeia (UE) e a Turquia. De fato, Ancara insiste em violar o direito internacional ao explorar hidrocarbonetos na ZEE do Chipre, um Estado-membro do bloco europeu. As tensões têm aumentado desde fevereiro de 2018, quando navios militares turcos expulsaram o navio italiano da *ENI*, *Saipem 12000*, que havia recebido aprovação de Nicósia para explorar seu Bloco 3. Em maio de 2019, a Turquia enviou o navio de perfuração *Fatih* para iniciar a exploração de gás e petróleo a 55 milhas náuticas do Chipre, violando os preceitos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM).

Todavia, é preciso lembrar que Ancara não reconhece nem a CNUDM, nem a soberania de Nicósia e exige em contrapartida o seu direito de explorar hidrocarbonetos no que ela considera parte de sua própria plataforma continental.

Em resposta, a UE decidiu impor medidas econômicas mais incisivas contra as ações turcas. No dia 15 de julho de 2019, o Conselho da União Europeia exigiu que Ancara “respeitasse a soberania e os direitos soberanos do Chipre, segundo o direito internacional”, impondo sanções econômicas contra a Turquia. As sanções incluem o corte de aproximadamente € 164 milhões em assistência econômica europeia, além da suspensão de negociações ligadas a um acordo de aviação.

Por enquanto, as sanções ainda não surtiram mudança no comportamento de Ancara, que não somente se recusa a terminar suas atividades de perfuração na ZEE cipriota, mas também ameaça suspender o acordo migratório firmado em março de 2016 com a UE, em retaliação às sanções. A incerteza ligada a estas tensões continuará freando o pleno potencial energético da região.



Nos últimos meses, Estados Unidos e Alemanha vêm enfrentando um verdadeiro "cabo de guerra". As demandas do presidente Donald Trump por maior participação dos países da OTAN parecem colidir cada vez mais com a tradição de presença internacional militar 'moderada' da Alemanha (Boletins [84](#), [89](#)).

Em 08 de julho de 2019, o governo alemão rejeitou um pedido norte-americano relacionado ao envio de tropas à Síria, em resposta a afirmações do representante especial dos EUA para o país árabe, James Jeffrey. Em entrevista à imprensa alemã, indicou que as tropas alemãs substituiriam, em parte, as americanas. No dia 31 de julho, Haiko Mass, ministro das relações exteriores alemão, anunciou que o país não participaria da missão militar naval, liderada pelos EUA, para salvaguarda de linhas comerciais internacionais no Estreito de Ormuz, face agressões iranianas, incluindo a interceptação do petroleiro *Stena Impero*, de registro britânico, no dia 19 de julho no Estreito e atualmente mantido no porto de Bandar Abbas, no Irã.

O último episódio aconteceu no dia 09 de agosto, quando Richard Grenell, embaixador americano na Alemanha, declarou que os EUA têm considerado a retirada das tropas americanas do país para a Polônia,

relembrando que, em junho, o presidente norte-americano conversou com o presidente polonês, Andrzej Duda, sobre a possibilidade em um novo modelo de missão. Atualmente, 35 mil tropas americanas estão estacionadas no país alemão, com mais 29 mil civis, entre americanos (17 mil) e alemães (12 mil) contratados pelo país norte-americano, trabalhando em suas bases militares. Grenell enfatizou o fato de que a Alemanha vem continuamente falhando em destinar o mínimo de 2% do PIB para defesa, apesar do comprometimento, não só desse, mas também dos outros países da OTAN em relação ao orçamento militar. A Alemanha destina, atualmente, 1,36% de seu PIB, apesar de ser o segundo país mais rico entre seus membros. Ainda em julho (26), a chanceler alemã, Angela Merkel, declarou que esse objetivo só será atingido depois de 2024.

Os três episódios demonstram uma situação delicada que os dois países enfrentam atualmente. Em artigo para o *The Telegraph*, Justin Huggler afirmou que esse último evento aumenta as preocupações relacionadas ao enfraquecimento da OTAN e ao aumento de tensões, visto à impaciência de Trump com os gastos militares alemães.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

13 anos da Resolução 1701: quais os próximos passos da UNIFIL?

Taynara Custódio

No dia 14 de agosto de 2006, terminava a Segunda Guerra do Líbano, com a adoção da Resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU (CSNU). Treze anos após este cessar fogo, o CSNU, em breve, realizará seus debates anuais sobre a renovação do mandato da Força Interina da ONU no Líbano (UNIFIL). Em detrimento dos esforços da Força Tarefa Marítima e do comprometimento mútuo com a Resolução, o balanço desses últimos 13 anos traduziu-se em um período de relativa estabilidade no sul do Líbano. Todavia, a continuação dos confrontos entre Israel e Hezbollah ampliou as tensões existentes e adiou a ideia de uma solução a longo prazo entre Israel e Líbano, fazendo necessária a reformulação de alternativas.

No momento em que foi pensada a Resolução 1701, o CSNU corretamente identificou a presença militar do Hezbollah no sul do Líbano como o principal facilitador da guerra e a causa mais provável de futuros conflitos. No entanto, o meio proposto para remover a presença do grupo político e militar através do compromisso de Beirute em "estender sua autoridade sobre seu território por meio de suas próprias Forças Armadas legítimas" (p. 1 RES/1701 (2006)), já não é mais uma premissa válida

para a solução do conflito, uma vez que, nestes últimos anos, o Hezbollah e seus aliados ganharam proeminência política ([Boletim 73](#)), prejudicando, assim, a disposição e a capacidade de Beirute em cumprir seus compromissos.

Diante do presente cenário, o lado israelense critica a missão interina de deliberadamente abster-se em lidar com a violação mais significativa da Resolução 1701 da ONU: a consolidação militar e a atividade contínua do Hezbollah na Área de Responsabilidade da UNIFIL, exigindo, assim, sua responsabilização por meio de alterações no mandato. Ao mesmo tempo, a tarefa de mediação dos Estados Unidos para encontrar uma solução equânime às disputas fronteiriças (terrestres e marítimas) entre os dois países tem avançado. A proposta libanesa apresentada para os EUA incluiu como demanda a condução das negociações da fronteira marítima sob os auspícios das Nações Unidas, sendo que, para que esta proposta seja acatada pelo mediador e aceita por Israel, o mandato da UNIFIL necessariamente terá que ser renovado.

No dia 29 de julho de 2019, Irã e Rússia firmaram um Memorando de Entendimento para cooperação em Defesa Marítima. Envolvendo a participação do Almirante Nikolai Yevenov, Comandante em Chefe da Marinha russa, e do Comandante da Marinha do Irã, Hosseim Khanzadi, o acordo é o primeiro entre os países, voltado especificamente para a área marítima. O Memorando foi firmado durante visita de três dias de Khanzadi ao Estado russo, para atender à Parada Naval de comemoração do dia da Marinha local.

É importante ressaltar que o Irã possui dois comandos de Força Naval distintos: a Marinha da República Islâmica do Irã (*Islamic Republic of Iran Navy* – IRIN), estabelecida em 1923, e a Marinha da Guarda Revolucionária Iraniana (*Iranian Revolutionary Guard Corps Navy* – IRGCN), criada em 1985. Khanzadi é o comandante da IRIN, cujas áreas de responsabilidade são o Mar Cáspio e a costa iraniana, desde Bandar Abbas, no Golfo de Omã, até Pasabanbar, junto à fronteira com o Paquistão. A área de patrulha da IRGCN, comandada por Alireza Tangsiri, são as águas jurisdicionais do país no Golfo Pérsico.

Além do Memorando, também foi comunicado que,

nos próximos meses, as Marinhas de ambos os países planejam executar exercícios navais no norte do Oceano Índico, no Mar da Arábia, no Estreito de Ormuz, no Golfo de Omã e no Golfo Pérsico. Em 2015 e 2017 as duas Marinhas já participaram de exercícios conjuntos, porém nas águas do Mar Cáspio.

O anúncio durante o encontro na Rússia foi feito em meio à crise de petroleiros no Golfo – que ampliou a tensão entre Irã e Estados Unidos após a renúncia unilateral de Washington, em maio de 2018, ao Acordo Nuclear de 2015. Os EUA já manifestaram o interesse de estabelecer uma Força-Tarefa Naval para proteger a liberdade de navegação por Ormuz, por onde passa aproximadamente um quinto do petróleo mundial produzido diariamente.

Do lado iraniano, a aproximação militar com a Rússia para cooperação em Defesa Marítima pode ser compreendida, de certa maneira, como uma forma de expandir seus laços militares com uma grande potência internacional, a fim de demonstrar que possui um aliado forte e também seus próprios interesses na região, para contrabalançar a possível Força-Tarefa internacional capitaneada pelos EUA e pelo Reino Unido no Golfo.

RÚSSIA & EX-URSS

A Ucrânia no mandato Zelensky

Pedro Martins

No dia 25 de julho de 2019, o governo ucraniano arrestou um navio-tanque da Federação Russa por seu suposto envolvimento na tomada de navios e marinheiros ucranianos ocorrido em novembro de 2017, antes das eleições presidenciais ucranianas. Na ocasião, o governo russo prendeu navios e marinheiros ucranianos sob a acusação de terem entrado em águas territoriais russas.

Os episódios da apreensão dos marinheiros ucranianos e do navio-tanque russo são os mais recentes na crise ucraniana, iniciada no final de 2013 com os protestos contra o governo de Viktor Yanukovich e os subsequentes levantes nas províncias do leste do país, majoritariamente habitadas por russos étnicos, em 2014. A região em que aconteceram as duas apreensões, dos marinheiros ucranianos e do navio-tanque russo, é próxima da península da Crimeia, região geopoliticamente sensível para a Federação Russa por ser sede da Esquadra do Mar Negro da Marinha russa e um dos poucos portos que não passa longos períodos do ano congelado, tornando-se um

ponto estratégico para este país.

A apreensão do navio-tanque russo aconteceu poucos dias depois das eleições parlamentares antecipadas na Ucrânia, ocorridas no dia 21 de julho. Tais eleições deram ampla maioria para o partido do presidente. Isso não só lhe possibilita uma governabilidade maior, como permite medidas mais arriscadas, tanto no âmbito interno quanto internacionalmente.

Assim, a apreensão da embarcação da Federação Russa por autoridades ucranianas pode ser considerada fruto de um cenário político doméstico favorável ao governo de Vladimir (Volodymyr) Zelensky. Apesar dessa demonstração de força, o governo ucraniano poderá usar o navio apreendido como moeda de troca para a libertação dos marinheiros ucranianos apreendidos pela Rússia. Deve-se, portanto, acompanhar o aspecto político interno ucraniano para melhor estimar o que pode ou não acontecer na arena internacional entre a Ucrânia e a Federação Russa.

A ordem internacional em meio ao acirramento entre China e EUA

Philippe Alexandre

As relações bilaterais sino-americanas são, atualmente, as mais importantes no mundo devido as suas amplas consequências para o sistema internacional. O atual estremecimento de tal relação, contudo, pode anunciar a ascensão de uma nova ordem internacional.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos conseguiram criar um consenso com uma parte dos países em torno da Estratégia de Contenção da URSS. Com a dissolução desta, a hegemonia estadunidense passou a ser justificada pelo combate ao terrorismo com George W. Bush. Já Barack Obama, vislumbrando a China como oponente, buscou celebrar diversos acordos de livre-comércio, a fim de regular os padrões comerciais e tecnológicos, sobretudo na Ásia-Pacífico. No entanto, a eleição de Donald Trump vem impondo o poder dos EUA a despeito dos tradicionais aliados. Assim, até o governo Obama, os EUA seguiam os próprios interesses, também observando os interesses e a segurança dos seus aliados internacionais. O “*America First*” vem provocando divergências entre os europeus, japoneses e membros da OTAN acerca de vários temas. É neste cenário que Pequim tem aproveitado para ampliar suas influências.

Mesmo assim, Washington tem explorado quatro potenciais vulnerabilidades da China: o movimento pró-independência em Taiwan; a rebeldia geral de Hong Kong; a liderança regional chinesa; e o desenvolvimento econômico-tecnológico nacional de Pequim. O estreitamento de laços entre os EUA e Taiwan (como o anúncio de venda de US\$ 2 bilhões em armas), a recente demonstração de preocupação de Trump com o uso da força nos protestos em Hong Kong, os recorrentes encontros bilaterais e a tentativa de aproximação estratégica Washington-Pyongyang (apesar dos recentes lançamentos de mísseis) e a imposição de tarifas bilionárias para prejudicar o comércio bilateral, são algumas das atuações dos EUA para conter a pujança que a China vem alcançando.

Para todos os eventos acima, ainda não há soluções no horizonte. Pelo contrário, algumas tendências de curto prazo: Xi Jinping cada vez mais concentrando poder e impondo medidas de vigilância e controle social, Trump acirrando as críticas já mirando as próximas eleições em 2020, Kim Jong-un ganhando tempo com o seu programa nuclear e Taiwan e Hong Kong como moedas de troca nas relações da China com os EUA.

Coreia do Sul: manter a liderança em construção naval e impulsionar tecnologias *Smart Ship*

Marcelle Torres

Uma das características mais marcantes da posição importante da Ásia na economia global é o papel crucial da região no mercado internacional de construção naval. Atualmente, mais de 90% das encomendas mundiais de novos navios são feitas com estaleiros asiáticos, mais especificamente com construtores navais na China, Coreia do Sul e Japão. A China detém as maiores fatias de mercado dos graneleiros e dos navios de carga geral. A Coreia do Sul é mais forte em petroleiros, navios porta-contêineres e transportadores de gás. O Japão tem sua maior participação de mercado em navios-tanque de produtos químicos e graneleiros.

Em 2018, a Coreia do Sul recuperou o título de maior construtora naval do mundo, em termos de volume de pedidos. A reorganização na indústria de construção naval sul-coreana, para consolidar apenas duas construtoras navais dominantes – *Hyundai Heavy Industries* (HHI) e *Samsung Heavy Industries* (SHI) – e a concorrência de estaleiros chineses refletem uma nova era de desempenho tecnológico no setor. A HHI planeja estabelecer um novo centro de P&D, com ênfase em tecnologias de base na

construção naval, em 2021, em Pangyo, região conhecida como o Vale do Silício coreano.

Por sua vez, a SHI desenvolveu a tecnologia *SVESSEL*, um sistema de navios inteligentes, baseado em nuvem. Em 16 de agosto de 2019, a SHI assinou um memorando com a alemã *MAN Energy Solutions*, produtora de motores a diesel e turbo máquinas para aplicações marítimas, para facilitar a cooperação no desenvolvimento de tecnologia de motores marítimos. Além disso, a SHI cooperou com a chinesa *WinGD*, uma das gigantes do mercado global de gás e diesel marítimo, para desenvolver uma tecnologia de diagnóstico de motor remoto aplicável a embarcações movidas a GNL.

As empresas de construção naval poderão reduzir os custos operacionais com dados precisos fornecidos em tempo real através do *SVESSEL*, atualizado para os centros de controle e embarcações *onshore*, facilitando a navegação e a manutenção eficazes. A SHI almeja ter vantagem competitiva no recebimento de pedidos e liderar o desenvolvimento de sistemas para navios inteligentes, uma tendência mundial que parece irreversível.

Caxemira é integrada formalmente ao Estado indiano

Rebeca Leite

No dia 05 de agosto deste ano, a Índia revogou os Artigos 370 e 35A da sua Constituição. Ambos tratavam do "status especial" e do grau de autonomia política outrora conferido ao território da Caxemira. O efeito imediato deste ato é a divisão em dois territórios em dois estados, agora formalmente pertencentes ao Estado Indiano: Jammu e Caxemira; e Ladakh. Isto significa que a Índia exercerá controle total sobre esta região.

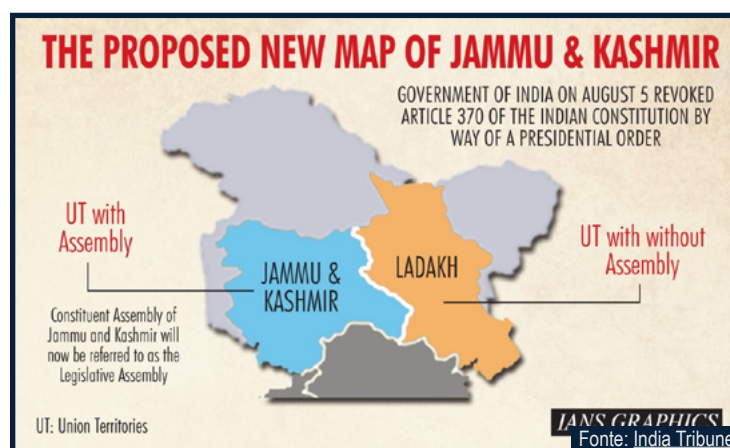
Os Artigos supracitados remetem a 1947, quando o governador da Caxemira, à época, assinou o tratado de adesão à Índia, com dispositivos diferentes dos demais estados indianos. Antes da revogação, os cidadãos dispunham de certa autonomia em relação ao governo central, como legislatura própria e processo eleitoral separado das eleições gerais. É importante ressaltar que a Caxemira é o único estado indiano com maioria absoluta muçulmana. Dessa forma, os Artigos 370 e 35A outorgavam certa legitimidade à população muçulmana no espaço político indiano.

Em termos de organização político-social, a ação prevê que Jammu e Caxemira ainda terá legislatura, ou seja, uma estrutura governamental constituída de ministros, governador local e processo eleitoral, tal qual os demais estados indianos. Contudo, no caso de Ladakh, não haverá legislatura, deixando a região subordinada ao governo central. Decerto, tamanha modificação política agrava o cenário hostil regional.

Do ponto de vista geopolítico, esta alteração constitucional implica diretamente no conflito histórico com o Paquistão, que reivindica integralmente o território da Caxemira. Conforme mencionado no [Boletim 90](#), o

uso autônomo e seguro dos recursos hídricos daquela região é o principal fator de disputa entre Índia e Paquistão. Ao revogar os Artigos mencionados e integrar formalmente esta porção da Caxemira à União, a Índia coloca em risco as prerrogativas de utilização equitativa dos rios que fluem da Bacia do Indo, uma vez que tal espaço geográfico fica sob sua soberania, inclusive os recursos naturais presentes na região.

É importante atentar para a reação do Paquistão que, naturalmente, não aceitará facilmente tal mudança. Discute-se internamente a revisão e/ou suspensão dos tratados bilaterais, sobretudo o Acordo de Simla (1972), que trata do respeito à Linha de Controle como demarcação político-territorial. Uma vez suspenso, este ato indicaria que o Paquistão estaria disposto a ultrapassar suas fronteiras. Em suma, a revogação de tais artigos eleva de maneira alarmante o conflito entre os dois países nucleares do Sul da Ásia.



SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Mianmar e os corredores econômicos bilionários

Thayná Fernandes

Em agosto de 2019, Mianmar buscou oficializar a criação de novas zonas econômicas de cooperação com a China, analisando as propostas enviadas por Pequim. Esses novos avanços na busca por ampliação das relações comerciais entre os dois países fazem parte dos projetos da nova Rota da Seda chinesa.

Em 2016, com as eleições presidenciais que selecionaram a candidata Aung San Suu Kyi, o cenário internacional parecia mais favorável aos investimentos externos do ocidente em Yangon. Após vários anos do fechamento de relações comerciais. Entretanto, as diversas crises humanitárias, especialmente envolvendo os rohingya e grupos armados paramilitares, os Estados

Unidos e a União Europeia acabaram se afastando e renovando sanções econômicas. Excelente oportunidade para os chineses.

Em 2013, Pequim lançou a *Belt and Road Initiative*, neste mesmo ano, o primeiro gasoduto interligando a província de Yunnan, na China, até o estado de Rakhine, Mianmar, entrou em operação. Em 2017, os Estados firmaram o *China-Myanmar Economic Corridor* composto por diversos projetos que interligam os países por meio de rodovias e ferrovias de alta velocidade que também ampliam a infraestrutura de transporte interna birmanesa. Além disso, há os investimentos no porto de Kyaukpyu, local onde está instalado o oleoduto com »

capacidade de transportar 22 milhões de toneladas de óleo bruto por ano, rota que permite importações advindas da África e do Oriente Médio, evitando a passagem pelo Estreito de Málaca, conhecido *choke point* entre o Sudeste e o Leste asiático.

Contudo, não é apenas a China que entende de corredores econômicos: para contrapor os avanços de Pequim em Mianmar, Índia e Japão lançaram projetos econômicos que também envolvem Yangon. O indiano *Kaladan Multi-modal Transit Transport Project* e o japonês *Mekong Economic Corridor* possuem como objetivo a construção de infraestrutura portuária,

energética e rodoviária; além disso, podem tornar Mianmar um importante *hub* no comércio regional e não tão dependente de Pequim.

Ainda que Nova Délhi e Tóquio também estejam buscando acordos para investimento na infraestrutura de Mianmar, Pequim permanece como maior parceiro comercial. Contudo, outro ponto em comum entre os três projetos é que as regiões envolvidas nos mesmos são marcadas pelos conflitos étnicos e grupos rebeldes armados. Para que a economia tenha o proposto e desejado sucesso, os aspectos sociais não podem ser ignorados.



ÁRTICO & ANTÁRTICA

Japão volta à caça comercial de baleias: como fica a Antártica?

Gabriele Hernandez

Após diversas tentativas frustradas de convencer a Comissão Internacional da Pesca de Baleia (CIB) a permitir uma cota sustentável na caça dos mamíferos, o Japão se retirou do órgão e retomou as atividades comerciais baleeiras em julho de 2019. A pesca de baleias, segundo o Ministro da Pesca, Hideki Moronuki, ocorrerá dentro das águas jurisdicionais japonesas, abandonando a caça em águas antárticas.

Desde 1987, o Japão capturou entre 200 e 1.200 baleias por ano, a maioria em águas antárticas, sob o pretexto de fins científicos. O país foi processado na Corte Internacional de Justiça em 2010, acusado de caça indevida no mar antártico para fins comerciais, atividade proibida pela Convenção Internacional para a Regulação da Atividade Baleeira (ICRW, sigla em inglês), da qual o país era signatário. Segundo o processo, as baleias endêmicas eram capturadas sem necessidade científica, sob suposta permissão especial do governo japonês, e uma grande parte de sua carcaça terminava em diversos mercados pelo Japão. As violações desrespeitavam a

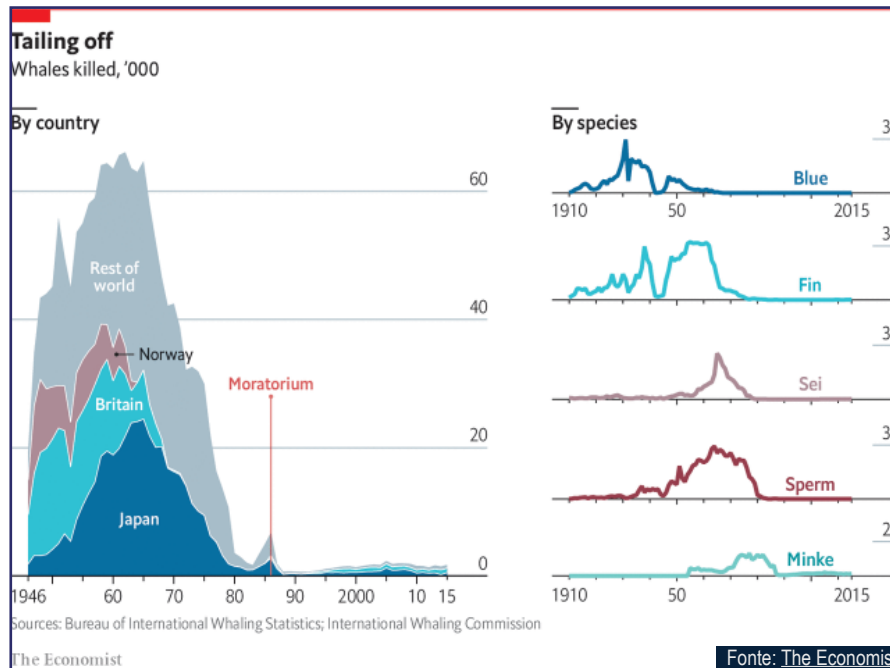
moratória da caça comercial de baleias e do uso de navios industriais para seu processamento. A Corte Internacional condenou o país por falta de dados concretos que justificassem o número de mortes.

A presença japonesa no continente branco não é recente. Em 1957, a estação *Syowa* foi inaugurada, em meio a dificuldades oriundas da derrota japonesa na Segunda Guerra, mantendo-se até hoje como a única base japonesa permanente na região. O país integra, desde 1961, a lista de membros consultivos do Tratado Antártico. O programa antártico nacional funciona sob administração do *National Institute of Polar Research* (NIPR), com um fundo de aproximadamente US\$ 33 milhões por ano para suas operações.

A Antártica guarda uma vasta gama de recursos naturais, mas pelas restrições impostas pelo Protocolo de Madri para exploração mineral, tem na pesca seu principal objeto de constantes interesses comerciais. Embora a volta da pesca comercial de baleias pelo Japão, apenas em suas águas, livre temporariamente o Sexto »

Continentes de sua presença predatória, ela expõe aqueles interesses comerciais concretos na área de abrangência do Tratado, ao Sul da Latitude 60°S. Os membros do

Tratado devem estar vigilantes e não abrir mão da preservação das riquezas da única região do planeta não sujeita a soberania de nenhum país.



TEMAS ESPECIAIS

O papel do Brasil no desenvolvimento de normas para o ciberespaço

Louise Marie Hurel

Em dezembro de 2018, a Assembleia Geral da ONU aprovou duas resoluções que deram início a dois processos paralelos para debater o comportamento responsável de Estados no ciberespaço: (i) o Grupo de Peritos Governamentais (UNGGE, sigla em inglês) e o (ii) *Open-Ended Working Group* (OEWG).

Aproximadamente seis meses depois, os dois processos iniciam seus primeiros diálogos e consultas. Apesar das incertezas sobre a complementariedade do mandato, os processos possuem suas especificidades. Em sua sexta interação (2019-2021), o UNGGE conta com a participação de 25 Estados-membros, sendo o Brasil o atual moderador do diálogo. Já o OEWG é aberto para todos os Estados-membros e possui um cronograma mais curto: 2019-2020.

Este é um ano importante para o Brasil na área de cibersegurança doméstica e internacionalmente: (i) moderação do *Group of Governmental Experts* (GGE), (ii) o desenvolvimento da estratégia de *SegCiber* (GSI/PR) e (iii) cúpula dos BRICS.

Esta é a segunda vez que o Brasil assume a moderação do GGE. Em 2015, o grupo reconheceu a aplicabilidade do direito internacional ao ciberespaço e propôs outras normas. Porém, em 2016, o grupo não chegou a um consenso, criando ceticismo sobre potencial avanço. Na tentativa de reativar o espírito de cooperação e sucesso de 2015, o Brasil assume novamente o papel de

moderação. Para isso, organizou uma consulta regional com os Estados-membro da OEA e representantes da sociedade no início de agosto.

Desde a Rio+20, o país desenvolveu importantes estruturas organizacionais para auxiliar na promoção da SIC e SegCiber nacionalmente. Exercícios como o Guardião cibernético também retratam os mais recentes esforços para se promover cooperação e coordenação com outros setores na resposta a incidentes. No entanto, doutrinas, estratégias e exercícios compõem um ecossistema de governança nacional ainda em formação e caminhando para a consolidação de uma estratégia nacional.

Já a política externa oscila entre seu legado multissetorial no campo da governança da internet (ex: CGI.br) e alinhamento com países como a Rússia e a China (ex: WCIT-12 e desenvolvimentos no âmbito dos BRICS em TIC desde 2014). Seu momento de maior sinergia entre a política doméstica e externa se deu em 2014, com os investimentos a nível do Ministério da Defesa e as respostas ao "caso Snowden" (NetMundial e Resolução UNGA). Por fim, com a cúpula dos BRICS se aproximando, ministros de Relações Exteriores se encontraram no Rio (27/07) e "ressaltaram que o processo em dois trilhos pode gerar complementariedade e sinergias entre os esforços internacionais sobre o tema".

Expansão da Amazônia Azul: reconhecimento internacional do pleito brasileiro

Jéssica Germano

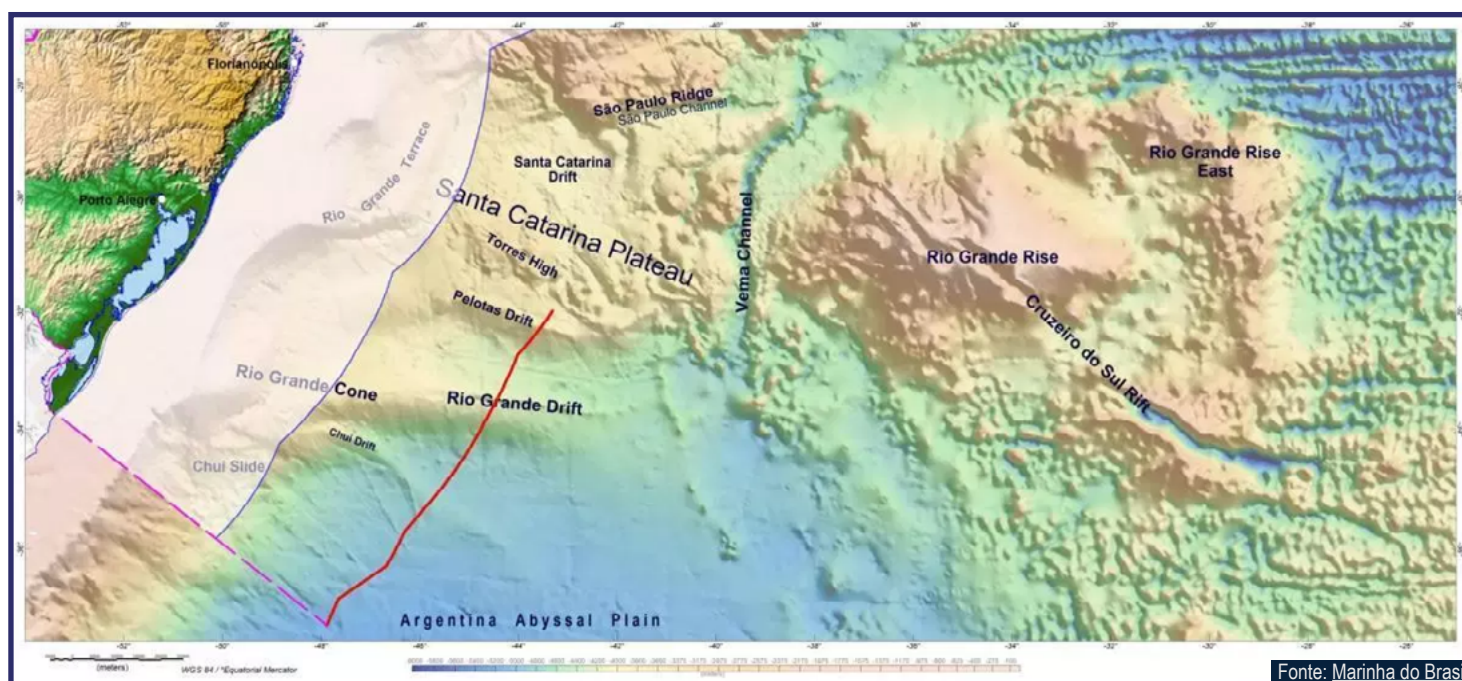
Em 11 de junho de 2019, a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), órgão temático da Organização das Nações Unidas (ONU), oficializou o reconhecimento da extensão da Plataforma Continental Brasileira na chamada Margem Sul. A legitimação internacional permitiu a expansão do espaço marítimo conhecido como Amazônia Azul. O ambiente em questão está localizado próximo à região Sul do país, no Atlântico Sul, com destacado potencial científico e econômico, de relevância estratégica. O pleito brasileiro submetido à Comissão, composta por peritos internacionais das áreas de geologia, geofísica e hidrografia, teve como base os dados colhidos pelo Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), que desde o ano de 1987 realiza estudos científicos para delimitar a Plataforma Continental Brasileira.

O Artigo 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) define juridicamente a Plataforma Continental, bem como estabelece as regras e critérios para a expansão desta. Precedido pela Rússia, o Brasil foi o segundo país, signatário da Convenção, a submeter uma proposta de limite exterior da Plataforma Continental à Comissão das Nações Unidas, em maio de 2004. Em 2007, a Comissão manifestou-se de modo a aceitar 81% da proposta brasileira, o que fez com que o país apresentasse submissões parciais revistas sobre a área não-recomendada: Margem Sul (2015), Margem Equatorial (2017), Margem Oriental e Elevação do Rio

Grande (2018). Aproximadamente 15 anos se passaram entre as etapas de análise da proposta, recomendações da Comissão, revisão de documentos, propostas parciais revistas e negociações da delegação brasileira.

Para o Artigo 77 da CNUDM, "o Estado costeiro exerce direitos de soberania sobre a Plataforma Continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais". Por conseguinte, aponta-se os possíveis benefícios econômicos e científicos do Brasil em relação à expansão do espaço marítimo, contudo, ressalta-se o desafio imposto pela necessidade de segurança e defesa da recém-adquirida região. A legitimação do posicionamento brasileiro obteve repercussão internacional, porém, é relevante destacar que o triunfo das negociações do país deve-se aos elementos técnicos, legais e geomorfológicos do caso e que o processo como um todo ainda não está finalizado.

No âmbito internacional, diversos países como Portugal, Angola, Cabo Verde, Chile, Equador, entre outros, realizam atividades científicas, estudos e coleta de dados com o objetivo de apresentarem propostas de expansão de suas respectivas Plataformas Continentais à Comissão. Ademais, existe a possibilidade do êxito brasileiro junto à CLPC estimular os trabalhos de outros Estados. A possibilidade de aumento de submissões à Comissão ocorre ao passo em que esta enfrenta dificuldades em relação ao volume de trabalho, assim como ao financiamento de seus peritos.



Fonte: Marinha do Brasil

- ▶ [The End of “Peak Germany” and the Return of France](#)
PROJECT SYNDICATE, Jacek Rostowski , Arnab Das
- ▶ [China’s Incursion Into Vietnam’s EEZ And Lessons From The Past](#)
AMTI, Huong Le Thu
- ▶ [New Delhi Remains Washington’s Best Hope In Asia](#)
CARNEGIE, Ashley J. Tellis, Robert D. Blackwill
- ▶ [China And A Global Economic Contraction](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman
- ▶ [Trump’s Foreign-Policy Crisis Arrives](#)
THE ATLANTIC, Thomas Atlantic
- ▶ [When Populist Nationalists Tempt Geopolitical Fate](#)
STRATFOR, Reva Goujun
- ▶ [Una explosión envuelta en la neblina rusan](#)
EL PAÍS, Rodrigo Fernández
- ▶ [Is India Becoming a Nuclear Weapons Superpower?](#)
NATIONAL INTEREST, Michael Peck

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

AGOSTO

22-23 Visita do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, à França

24-26 45ª Cúpula do G7, na França

31 Visita de Donald Trump à Polônia

SETEMBRO

01-02 Visita de Donald Trump à Polônia

04-06 Eastern Economic Forum em Vladivostok

15 Eleições na Tunísia

17 Eleições em Israel

17-30 Assembleia Geral da ONU

- **Uruguai: parceria chinesa e preocupação regional**
SARTORI, M. P. [Uruguai explora oceanos com ajuda da China](#). Diálogo Chino, 07 ago. 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
KOOP, F. [Chinese port in Uruguay shelved](#). China Dialogue Ocean, 01 ago. 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
- **Chile e Equador articulam-se para promover ampliação da plataforma continental**
EL COMERCIO. [Ecuador y Chile buscan ampliar plataforma continental para aprovechar el mar](#). 14 ago. 2019. Acesso em: 15 ago. 2019.
GUZMÁN, J. G. [La plataforma continental extendida: El caso de Chile y Argentina en el mar austral y la Antártica](#). Revista de Marina, abr. 2017. Acesso em: 16 ago. 2019.
- **A seca na América Central, outra fonte produtora de migrantes forçados**
LAKHANI, N. ['People are dying': how the climate crisis has sparked an exodus to the US](#). The Guardian, 29 jul. 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
WEISS, L. [Trump's Threats Won't Make Mexico and Guatemala 'Safe Third Countries'](#). World Politics Review, 26 jul. 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
- **Boko Haram: 10 anos de insurgência e violência**
CASCAIS, A. [Nigeria: 10 Years of Radicalization - Boko Haram](#). All Africa, 29 jul. 2019. Acesso em: 13 ago. 2019.
ANYADIKE, O. [Reporter's Diary: Boko Haram and the battle of ideas](#). The New Humanitarian, 06 ago. 2019. Acesso em: 14 ago. 2019.
- **China e África: a busca de uma maior cooperação militar**
CHANDRAN, N. [China says it will increase its military presence in Africa](#). CNBC, 27 jun. 2018. Acesso em: 01 ago. 2019.
DAHIR, A. [China is expanding its military footprint in Africa](#). Quartz, 05 jun. 2018. Acesso em: 01 ago. 2019.
- **Chipre aprova nova área de exploração de hidrocarbonetos em meio a tensões com a Turquia**
Henderson, S. [Turkey's Energy Confrontation with Cyprus](#). The Washington Institute, 24 jul. 2019. Acesso em: 14 ago. 2019.
Stavis-Gridneff, M. [EU punishes Turkey for Gas Drilling off Cyprus Coast](#). The New York Times, 15 jul. 2019. Acesso em: 16 ago. 2019.
- **Tensões militares entre Alemanha e Estados Unidos**
[Syria: Germany rejects US demand for ground troops](#). Deutsche Welle, 08 jul. 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
HUGGLER, J. [US threatens to pull out troops stationed in Germany in row over defense spending](#). The Telegraph, 09 ago. 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
- **13 anos da Resolução 1701: quais os próximos passos da UNIFIL?**
HABOUSH, J. [Agreement on border talks 'incredibly close'](#). The Daily Star, 15 ago. 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
ORION, A. [Time to Change Course on the UN's Lebanon Policy](#). Washington Institute, 13 ago. 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
- **Irã e Rússia: cooperação em Defesa Marítima**
[Iran's Navy gives explanation on Iran-Russia joint military drill](#). Islamic Republic News Agency, 30 ago. 2019. Acesso em: 16 ago. 2019.
[Iran, Russia sign MoU on maritime defense cooperation](#). Mehr News Agency, 30 jul. 2019. Acesso em: 16 ago. 2019.
- Agency, 30 jul. 2019. Acesso em: 16 ago. 2019.
- **A Ucrânia no mandato Zelensky**
[Ukraine Seizes Russian Tanker Over Kerch Incident, Frees Crew After Moscow Pressure](#). The Moscow Times, 25 jul. 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
IWANSKI, Tadeusz. [Going for gold: early parliamentary elections in Ukraine](#). Osw. Warsaw, 10 jul. 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
- **A ordem internacional em meio ao acirramento entre China e EUA**
KUO, L. [Trump tells Beijing to treat Hong Kong humanely or risk trade deal](#). The Guardian, 15 ago. 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
YEUNG, K. [Will China use its US\\$1.2 trillion of US debt as firepower to fight the trade war?](#) South China Morning Post, 10 maio 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
- **Coreia do Sul: manter a liderança em construção naval e impulsionar tecnologias Smart Ship**
[United Nations Conference on Trade and Development](#). Review of Maritime Transport. 2018. Acesso em: 16 ago. 2019.
[Samsung Heavy to advance smart ship technology in cooperation with equipment producers](#). Samsung. Acesso em: 17 ago. 2019.
- **Caxemira é integrada formalmente ao Estado indiano**
CHELLANEY, B. [J&K move: The real test begins now](#). Hindustan Times, 08 ago. 2019. Acesso em: 15 ago. 2019.
PASKAL, C. [India Ends Special Status for Only Muslim-Majority Territory](#). Foundation for Defense of Democracies, 08 ago. 2019. Acesso em: 15 ago. 2019.
- **Mianmar e os corredores econômicos bilionários**
LITNER, B. [As West retreats, China surges in Myanmar](#). Asia Times, 31 jul. 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
LWIN, N. [Is Myanmar Ready to Become a Regional Trade and Supply Hub?](#) The Irrawady, 05 dez. 2018. Acesso em: 17 ago. 2019.
- **Japão volta à caça comercial de baleias: como fica a Antártica?**
[Japan whaling: Why commercial hunts have resumed despite outcry](#). BBC News, 02 jul. 2019. Acesso em: 17 ago. 2019.
PAYNE, C. R. [Australia v. Japan: ICJ Halts Antarctic Whaling](#). The American Society of International Law. 2019. Acesso em: 02 ago. 2019.
- **O papel do Brasil no desenvolvimento de normas para o ciberespaço**
UN. [Fact Sheet - Developments in the field of information and telecommunications in the context of international security](#). UNODA. 2019. Acesso em: 04 ago. 2019.
[BRICS - Reunião dos Ministros de Relações Exteriores Rio de Janeiro, 26 de julho de 2019](#). Defesanet, 28 jul. 2019. Acesso em: 04 ago. 2019.
- **Expansão da Amazônia Azul: reconhecimento internacional do pleito brasileiro**
BRAZILIAN CONTINENTAL SHELF SURVEY PROJECT. [Continental shelf and UNCLOS Article 76](#): Brazilian Partial Revised Submission To The Commission On The Limits Of The Continental Shelf. Acesso em: 02 ago. 2019.
[Brasil incorpora 170 mil km2 de área de Plataforma Continental e tem sua "Amazônia Azul" ampliada](#). Marinha do Brasil, 13 jun. 2019. Acesso em: 07 ago. 2019.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL



Programa de Pós-Graduação em

ESTUDOS MARÍTIMOS

Doutorado e Mestrado Profissionais

Área de Concentração: Defesa, Governança e Segurança Marítimas

Linhas de Pesquisa

Política e Estratégia Marítimas

Regulação do Uso do Mar, Processo Decisório e Métodos Prospectivos

Política e Gestão em Ciência, Tecnologia e Inovação no Ambiente Marítimo

Processo Seletivo: Turma 2020

Inscrições de 12 de agosto a 27 de setembro de 2019

Curso Gratuito

Processo Seletivo para Civis e Militares

